

Poderes disseminados, fazeres transformadores: mulheres que ressignificaram espaços

Disseminated powers, transformational doings: Women who resignified spaces

Cláudia Maia

 <https://orcid.org/0000-0002-8358-8940>
Universidade Estadual de Montes Claros

Helen Ulhoa Pimentel

 <https://orcid.org/0000-0002-7956-0339>
Universidade Estadual de Montes Claros

Resumo: Discutimos neste artigo a atuação da filósofa Maria da Conceição Adjuncto Botelho e da enfermeira e nutricionista Firmina Santana, nascidas em famílias tradicionais da cidade de Paracatu, Minas Gerais, entre o final do século XIX e o início do XX. Essas mulheres não militaram em movimentos feministas, mas se beneficiaram das oportunidades de educação e expressão abertas por eles. Buscamos contribuir para a desconstrução da pretensa submissão da mulher, utilizando as concepções foucaultianas de poder para analisar atuações femininas que endossam uma história menos linear, revelam tensões e acomodações e que apresentam outras formas de existência. Sem transgredir normas, essas mulheres ressignificaram seus espaços de atuação.

Palavras-chave: Gênero. Poder. Sertão.

Abstract: In this article we discuss the professional performance of the philosopher Maria da Conceição Adjuncto Botelho and the nutritionist and nurse Firmina Santana, both born in traditional families in Paracatu, a small city in Minas Gerais, between the end of the nineteenth century and the beginning of the twentieth; these women did not participate in feminist movements, but had benefited from the possibilities of education and expression that were opened by them. We seek to contribute to the deconstruction of the alleged submission of women using Foucauldian conceptions of power to analyze female agencies that endorse a less linear history, reveal tensions and accommodations, and present other forms of existence. Without transgressing norms, these women resignified their spaces of action.

Keywords: Gender. Power. Backwoods

Introdução

A sociedade brasileira passou por transformações muito profundas entre final do século XIX e início do XX, em especial no que diz respeito aos comportamentos e aos valores patriarcais mais tradicionais. Nesse período, com relação às mulheres, principalmente das camadas mais elevadas, localiza-se a expansão de um discurso médico higienista, que vai introduzir a defesa do casamento por amor e a transformação da mulher na “rainha do lar”, responsável direta pelo bem-estar e pela felicidade da família, incluindo o marido e os filhos. Maria Lucia Rocha-Coutinho afirma que os médicos “reforçaram a inferioridade ‘natural’ feminina, através da mistificação da



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

mulher-mãe. Principalmente a eles se deve a criação de uma nova forma de submissão das mulheres: a submissão por amor, ao marido, aos filhos e ao lar.” (Rocha-Coutinho, 1994, p. 90). Segundo ela, a ciência da época atribuía à mulher uma “natureza” distinta da do homem, marcada por ser mais intuitiva, frágil, delicada e afetiva, incapaz de qualquer atividade intelectual.

Esse discurso foi encampado pelo Estado que iniciava seu processo de modernização e que buscava cuidar da população para que ela se tornasse mais produtiva. Para isso, era necessário cuidar da saúde (por meios sanitários e alimentares) e da disciplina. A mulher-mãe teria nisso uma função imprescindível, sendo necessário inclusive investir na sua educação.¹ Juntamente com todas essas mudanças na sociedade, o olhar sobre a mulher passou por grandes transformações. Para conseguir um bom casamento, os pais agora não tinham apenas que exibir dotes materiais que acompanhariam as noivas, mas as qualidades delas para serem as esposas capazes de contribuir para o sucesso do marido (mas também do pai) (Rocha-Coutinho, 1994, p. 89). A esposa agora não deveria mais ser escondida de olhares externos, mas atraí-los, mantendo, contudo, uma conduta ilibada. Ela deveria ser desejada e inalcançável. Apesar da força desse discurso, seus efeitos não foram absolutos e o modelo de mulher que se procurou criar e disseminar não foi universal/predominante em todos os contextos, mesmo entre as mulheres da elite, para quem foi inicialmente destinado.

Os estudos sobre a atuação feminina nos sertões mineiros têm contribuído para descortinar atividades desenvolvidas por mulheres que conseguiram ampliar os horizontes femininos e constituir outras experiências e formas de existência não necessariamente em consonância com aquele modelo normativo de mulher em expansão durante a primeira metade do século XX. As atividades de algumas dessas mulheres foram eminentemente importantes, claramente de vanguarda, não necessitando de grande esforço para localizá-las e identificá-las como inovadoras e libertadoras de amarras sociais. Outras mulheres atuaram em espaços tradicionalmente a elas destinados, sem alarde, sem holofotes, sem parecer ameaçadoras, mas transformaram esses locais em focos de poderes disseminados e de fazeres transformadores.

É sobre duas dessas mulheres que este trabalho se ocupa: a filósofa Maria da Conceição Adjuncto Botelho (Dondona) e a enfermeira e nutricionista Firmina Santana. Elas nasceram, respectivamente, em 1892 e 1909 em Paracatu, pequena e tradicional cidade do interior de Minas Gerais, que vivia principalmente da pecuária. Localizada muito distante da capital (cerca de 1000 km) ou dos maiores centros do Estado, era de difícil acesso em decorrência da precariedade das estradas que a ligavam à região mais próspera do estado ou ao litoral, onde situava a capital do país. Surgida em decorrência da descoberta de ricas jazidas de ouro, beneficiou-se dessa riqueza mineral que permitiu, após a decadência do metal precioso, a consolidação de uma próspera camada de produtores rurais dedicados à pecuária.

Neste artigo, buscamos não só entender as atuações dessas mulheres ao construir seus próprios espaços sociais, mas também inseri-las em um contexto de profundas transformações pelas quais a sociedade brasileira passava. Pelo que pudemos perceber, ao contrário da maioria das mulheres do período, elas tiveram apoio de familiares, não encontraram barreiras intransponíveis a lhes exigirem intensa luta,

¹ Sobre isso, conferir, dentre outros, Rago, 1985 e Freire Costa, 1979.

não causaram indignação, não se tornaram transgressoras, nem questionaram os papéis a elas atribuídos pela sociedade. Viveram simplesmente como puderam e souberam. A partir da análise da atuação de Dondona e Firmina Santana, buscamos desconstruir noções de universalidade, que implicam a coerência e unidade dos sujeitos e uma visão monolítica da opressão masculina que rejeita “a multiplicidade das interseções culturais, sociais e políticas em que é construído o espectro concreto das ‘mulheres’” (Butler, 2010, p. 34-35). Essas mulheres pertenciam a famílias importantes social, política e economicamente, e esse fator precisa ser levado em consideração, pois a dinâmica social não é constituída apenas pela dualidade masculino/feminino, mas também pela intersecção de outros marcadores sociais, como classe, etnia, cultura.

Metodologia

A análise da atuação de Dondona e de Firmina Santana não foi feita em busca da elaboração de biografias, mas da compreensão dos significados que elas buscaram imprimir às suas obras e às suas vidas. Isso exigiu uma análise contextualizada do local e época em que viveram. O pensamento de Dondona será analisado a partir de seu livro *Amenizemos a vida*, publicado originalmente em 1934. Ao pensamento de Firmina Santana só tivemos acesso por meio das notícias de jornais encontradas a respeito de sua atuação e de informações coletadas em estudos da área de nutrição. A partir desses materiais, buscamos entender os papéis que desempenharam, os sentidos presentes nas suas produções e como elas se constituíram enquanto sujeitos históricos. Para isso, foi necessário recorrer a alguns aparatos da Análise do Discurso (AD), que visa compreender “como um objeto simbólico produz sentido” (Orlandi, 2002, p. 66) e como um determinado texto significa.

De acordo com Eni P. Orlandi, a Análise do Discurso teoriza a interpretação e, nesse aspecto, ela vai além da Hermenêutica. (Orlandi, 2002, p. 25-26). Para o/a analista do discurso, os dados linguísticos não podem ser tratados como reflexo de ‘opiniões’ ou ‘sentimentos’ subjacentes às pessoas, como um ‘espelho da mente’ ou como uma ferramenta usada para se ter acesso aos pensamentos das pessoas, ainda que todo dizer seja carregado de intencionalidade, propósito, interesse. Os discursos devem ser entendidos em suas condições de produção, ou seja, na situação/circunstância em que emerge um enunciado, ou que se faz uma enunciação. As palavras significam pela história e pela língua. Assim, o dito está sempre constituído pelos já-ditos; por isso, a memória deve ser pensada em relação ao discurso, ou seja, como interdiscurso: aquilo que é produzido antes, em outro lugar, mas que está presente numa situação discursiva, “formulações feitas e esquecidas que determinam o que dizemos” (Orlandi, 2002, p. 66). Assim, procuraremos recortar dos documentos selecionados as superfícies discursivas, buscando nelas as significações possíveis e as matrizes de sentido – entendidas como categorias constitutivas dos discursos de uma época – que inscreveram na realidade representações sociais acerca dos nossos objetos de pesquisa, produzindo sentidos.

Esses discursos foram produzidos dentro de determinadas condições de possibilidade e isso constitui o que Foucault denomina de abordagem genealógica que busca, dentro de um quadro metodológico, identificar as modalidades e a constituição dos objetos a serem analisados. Para ele

É isto que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter

que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história. (Foucault, 1992, p. 07).

A genealogia estuda a formação dos discursos e seus objetos ao mesmo tempo dispersos, descontínuos e regulares. Busca detectar a maneira pela qual foram formadas determinadas séries de discursos, a norma específica que regeu cada uma, e suas condições de aparição, crescimento e variação. Foucault lembra que a função crítica da inversão das evidências e o aspecto genealógico não são nunca inteiramente separáveis, pois os discursos não surgem espontaneamente, eles se constituem em meio a rejeições, exclusões, reagrupamentos e atribuições. A genealogia também deve apontar o poder que tem o discurso de constituir domínios de objetos a propósito dos quais se poderiam afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas, constituindo “regimes de verdade”. É a formação desses “regimes de verdade” que buscamos apreender na vida e obra de Dondona e de Firmina Santana, ou seja, o feixe de relações que permitiram a elaboração e a eclosão dos significados de que foram revestidas, suas matrizes de inteligibilidade.

A questão do poder que está aí inscrita é fundamental para a análise do nosso objeto. Nas palavras de Foucault,

O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder [...] A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros e falsos, a maneira como sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (Foucault, 1992, p. 12).

Se a verdade é produzida pelo poder, precisamos lançar mão também das suas concepções sobre ele. Olhar a situação da mulher, não apenas sob a ótica da opressão, mas, ao contrário, identificando os mecanismos de resistências e as ressignificações empreendidas por elas implica em ver o poder como “o suporte móvel das relações de força que, devido a sua desigualdade, induzem continuamente estados de poder, mas sempre localizados e instáveis.” (Foucault, 1988, p. 89).

A busca dos vestígios de como elas construíram significados nos apresenta as relações sociais em que estiveram envolvidas como perpassadas de poderes exercidos em todas as direções, como defendido por Foucault, para quem o funcionamento de uma sociedade se faz no embate entre os poderes e as resistências que lhes são implícitas, pois “onde há poder há resistência.” (Foucault, 1988, p. 91). Essa perspectiva rompe com o dualismo da concepção do poder e da resistência se exercendo de cima para baixo ou de baixo para cima e nos permite uma análise das relações homens/mulheres menos simplista, pois traz, em seu bojo, a imagem de uma rede formada por relações desiguais e móveis.

Uma filósofa no sertão

De acordo com a nota biográfica elaborada por Antônio de Oliveira Mello, constante no livro *Amenizemos a Vida*, Dondona nasceu em 1892, em uma família tradicional, sobrinha de um dos professores da cidade, um dos intelectuais de destaque

local na época em que, além de filósofo, escrevia e encenava peças teatrais. Dondona recebeu grande influência desse tio. Encantado com o interesse e a capacidade da sobrinha, emprestava-lhe livros e a convidava para participar das atividades culturais que desenvolvia. Posteriormente, Dondona casou-se com um homem de posses e que tinha por ela admiração e respeito, não criando empecilhos para que pudesse desenvolver sua capacidade intelectual. Ela se tornou dona de casa como quase todas as mulheres de sua condição social e criou muitos filhos (Botelho, 1997, p. 07-08). Apesar disso, nunca deixou de ler e, principalmente, discutir filosofia. Educou seus filhos aplicando os conhecimentos filosóficos adquiridos, preparando-os para a nova vida social que ela acreditava ver surgir. Sem sair do lar, transformou-o em espaço de construção de saberes e atitudes.

Dondona recebeu apenas instrução primária, mas, como autodidata, estudou filosofia e publicou alguns trabalhos nesse campo. A obra que chamou nossa atenção foi *Amenizemos a vida* (Botelho, 1997, p. 7-8), de sua autoria, publicada originalmente em 1934, e republicado em 1997. A primeira publicação foi feita pelo editor A. Coelho Branco Filho, no Rio de Janeiro. A segunda, publicada pela editora Sapiens de Brasília, reúne ainda alguns outros textos da sua autoria e que foram publicados em jornais e livros. Em *Amenizemos a vida*, Dondona estabelece diálogos com diversos filósofos,² desde alguns clássicos até os do seu tempo e emite conceitos indicativos de que ela estava sintonizada com os pensamentos mais influentes de sua época e que deles se valia, construindo sua própria percepção de mundo.

Em texto publicado no prefácio da edição de 1997, Tristão Salustiano Botelho (seu neto) justifica o interesse pelo estudo de sua obra dizendo que “uma mulher ter-se posto a filosofar (ou seja: não apenas pensar, mas pensar radicalmente) no início do século, nos ermos do sertão mineiro, é motivo suficiente para nosso espanto [...]” (Botelho, T., 1997, p. 13). Ele apresenta também um apanhado da forma pela qual percebe que ela leu principalmente os filósofos, da ilustração, Schopenhauer, Ortega Y Gasset, Heidegger e Sartre³ e construiu um pensamento próprio, tributário em muitos aspectos dos trabalhos lidos, mas dotado de certa independência e de um olhar informado pelas experiências vividas no sertão mineiro.

Pensar sobre o local onde viviam essas mulheres é importante, não apenas por ser considerado provinciano, mas também pelo relativo isolamento imposto pela sua situação geográfica. As condições de transporte eram extremamente precárias, exigindo dias de viagem para ir de Paracatu a Belo Horizonte e mais ainda para chegar ao Rio de Janeiro. Apesar disso, ou talvez, por isso mesmo, a educação em Paracatu tenha sido de alguma maneira privilegiada. Foi dos primeiros municípios mineiros a ter uma Escola Normal (destinada à formação de professores), criada em 1880 (Mello, 1994, p. 126). Borges informa que, em 1889, em Minas Gerais, só havia escola normal nas cidades de Ouro preto, Campanha, Diamantina, Montes Claros, Sabará, Paracatu, Uberaba e São João Del Rei (Borges, 2005, p. 246). Em 1908, foi fundado o grupo escolar Afonso Arinos e, em 1926, foi criado o Liceu Paracatuense que funcionou apenas por um ano por falta de professores. (Mello, 1994, p. 127).

Essas informações nos levam a perceber que a cidade oferecia alguma condição de escolarização para a elite local, e também que essa elite recebia estímulos

² Dentre eles, ela discute Nietzsche, Bergson, Marx, Kant, Comte, Hegel, Schilling, Fichte, Dilthey. Abordando educação, comenta Freud, o behaviorismo, o pragmatismo Americano dentre outros.

³ Utilizam-se, para isso, outros escritos: um de 1961 outro de 1971.

educacionais. Não foi pequeno o número de pessoas que foram enviadas para continuar seus estudos nos maiores centros do país, ou mesmo no exterior, mas eram predominantemente homens. Esses dados biográficos nos permitem uma incursão nas concepções vigentes à época, com relação à educação. Se até aquele momento a educação era, de uma maneira geral, extremamente deficitária, predominando o analfabetismo, para a mulher era ainda pior. O século XIX assiste a uma progressiva retirada de empecilhos à educação das mulheres em nome do melhor desempenho da função de mãe e dona de casa, assunto que abordaremos adiante.

Em *Amenizemos a vida*, Dondona reflete sobre a condição humana em tópicos denominados “a nossa tragédia”, “a felicidade”, “o problema da mulher”, “o trabalho”, “a religião”, “a educação” e encerra com uma “jaculatória”, onde professa toda a sua fé na humanidade e no futuro.

Para discutir a questão dos poderes disseminados, voltamos nossa atenção às suas considerações sobre a mulher, o trabalho e a educação. Ela inicia a análise do “problema da mulher” com uma frase: “A mulher deserta o lar”. Diz que esse é “o grito de alarma que parte de todos os lados com repercussões rumorosas e difusas enchendo todos os cantos” (Botelho, 1997, p. 36). Efetivamente, encontramos essa referência sendo ecoada insistentemente nos discursos da época, contribuindo para consolidar a concepção de que a vocação primeira da mulher e seu destino final era o lar, e que o trabalho fora de casa comprometia o seu desempenho.⁴ Ao encontrarmos mulheres defendendo essa ideia como se fosse dela mesma, somos levadas a concordar com Foucault quando afirma que

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (Foucault, 1992, p. 10).

O exame das fontes indica que os discursos em questão eram construídos por (em) determinadas instâncias do social, mas apresentados sob a forma de consenso, como se tivessem sido submetidos ao consentimento dos interessados, como se representassem os interesses da totalidade da sociedade. Os que a eles se submetiam não se sentiam forçados, mas os adotavam como naturais, como desde sempre existentes, como fazendo parte da natureza, como possuidores de uma essência da qual não poderiam esquivar.

Dondona, sem se deter em explicitar as concepções da época, sem comentar as lutas então empreendidas, inclusive as que compuseram a chamada primeira onda do feminismo no Brasil, considerada “sufragista” por defender o sufrágio universal, que daria às mulheres o direito ao voto, mostra que conhecia as discussões suscitadas e que não concordava com as restrições implícitas nesses discursos que acusavam as mulheres trabalhadoras de descumprirem o “sublime” papel de mãe.

⁴ Algumas dessas vozes serão apresentadas mais adiante. Segundo elas, as mulheres desertam do lar quando o “abandonam” para trabalhar fora de casa ou se dedicar a uma carreira profissional. Em outra direção, a intelectual feminista e anarquista, também mineira, Maria Lacerda de Moura, fez em seus livros uma crítica radical aos modelos de família burguesa e de mulher que estavam sendo implantados e generalizados nesse momento em que a mulher se tornava “escrava do lar”, e que, por meio do casamento se estabelecia um contrato de exploração da mulher pelo marido pois essa, em troca de proteção, devia ao homem submissão e obediência. Assim, para “ser do lar”, a mulher abdicava do direito de pensar. Por isso, ela conclamava as mulheres para serem desertoras do lar, ou seja, serem desertoras desse modelo de mulher e de família (Cf. Maia; Santos, 2015, p. 97-122).

Afirma que não é verdade que a mulher deserta o lar, porque “a mulher não deserta o lar, porque nele estão seus filhos”. Essa sua posição mostra que, apesar de favorável ao trabalho feminino, partilhava da concepção de que a mulher tem instinto materno e que coloca seus filhos acima de qualquer outro interesse. Seu discurso contém enunciados tributários de diferentes formações discursivas, mescla sentidos buscando a constituição de outros significados. Analisando a interdiscursividade como uma rede de memórias, Pêcheux consegue explicar os deslocamentos operados no discurso dizendo que

[...] todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço (Pêcheux, 1997, p. 56).

Foucault aborda essa questão, ao examinar os regimes de verdade como produzidos por “múltiplas coerções”. Segundo ele,

Em nossas sociedades, a “economia política” da verdade tem cinco características historicamente importantes: a “verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas “ideológicas”). (Foucault, 1992, p. 13).

O século XX foi inteiramente marcado por inumeráveis discursos a respeito dos papéis da mulher na família e na sociedade. O embate entre as diversas forças sociais envolveu instituições laicas e religiosas e mobilizou toda a sociedade civil. A heterogeneidade dos discursos construídos e veiculados, a diversidade de formas de comunicação adotadas, a variedade de instâncias enunciativas envolvidas, contribuíram tanto para criar uma ilusão de transparência dos sentidos que estariam neles inscritos, quanto para instaurar uma instabilidade significativa.

Dondona defende que a mulher busca tornar melhor o seu lar e que se afasta dele “mas a ele torna trazendo o pão que aí escasseia pela incapacidade do homem [...]” (Botelho, 1997, p. 40). Esse enunciado está ancorado na concepção da existência do instinto materno feminino que transforma toda mulher em mulher-mãe, dedicada, amorosa acima de qualquer limite. Ao mesmo tempo, questiona o papel do homem como sendo o provedor, indicando que, na situação histórica por ela vivida, o homem não conseguia manter dignamente o lar, como o papel a ele atribuído exigia. Ela indica que o sustento da casa está lentamente sendo compartilhado entre marido e mulher.

Sem se mostrar aguerrida nem defensora da manutenção do modelo homem-provedor, sem considerar que há nisso vergonha e sem colocar o trabalho feminino como transgressão, ao mesmo tempo, reafirma o papel doméstico e materno da mulher, de uma forma tão natural, que evidencia que não via qualquer contradição entre trabalhar fora, cuidar da casa e dos filhos, e ainda ajudar o marido nas despesas. Essa era a concepção mais aceita da mulher moderna da primeira metade do século XX,

apesar de feministas mais radicais já estarem questionando não apenas o direito ao trabalho ou ao voto, mas também alterações mais profundas na estrutura do país, preocupando-se com questões mais polêmicas, como a sexualidade e o corpo. (Soihet, 2012, p. 222).

Em artigo denominado *Evolução feminina e necessidade de cultura*, publicado no Anuário Brasileiro de Literatura, Nair de Andrade afirma que “os tempos modernos acentuam [...] a responsabilidade, entregando à mulher uma larga e expressiva realização de poderes. Permitindo que ela ingresse nas ciências, nas artes. Participe da vida de trabalho, da organização política, do destino social do mundo.” (Andrade, 1939, s/p). Depois de apresentar a nova situação vivida pela mulher, diz que ela precisa ter oportunidade de estudar para exercer de forma adequada os seus novos papéis. Termina dizendo que “no trabalho constante de elevação moral e intelectual, é que a mulher pode realizar plenamente a imensa tarefa de responsabilidade que lhe cabe hoje na formação da família, na organização da sociedade, no destino do mundo.” (Andrade, 1939, s/p).

Sua postura parece concordar com o que foi defendido por M.R., que assina em uma coluna intitulada “Conselhos Sociais” da revista *Alterosa*⁵ de novembro de 1939, um artigo sobre “saber ser cordata para que reine a harmonia”, no qual atribui às mulheres toda a responsabilidade pela harmonia das relações familiares. Segundo a autora, ela deve ser atenta a tudo, mas respeitar a individualidade de todos à sua volta, dos filhos, das empregadas, do marido e dos conhecidos. A mulher-mãe não deve impor sua vontade, deve dar sempre a impressão de que não está vigiando, de que respeita a liberdade, mas não pode perder o controle das situações. (R. M. 1939, s/p).

Quando se detém sobre o trabalho feminino, Dondona reflete também sobre o casamento, dizendo em uma nota:

Emancipada, a mulher proverá à sua subsistência com o seu próprio trabalho, não se levando à tragédia do casamento sem amor. Emancipada, escutará somente as vozes de seu coração, já que com o seu trabalho tem a existência garantida e não se descerá a artigo de comércio com tarifas e regulamentos, ao mais baixo nível de degradação a que pode cair uma criatura humana. (Botelho, 1997, p. 69).

Essas observações nos mostram que estava alinhada ao discurso feminista da época, mas que os colocava no futuro. Ela deixa claro que, na sociedade em que vivia, a mulher ainda era dependente economicamente, e que essa dependência era degradante. Ao denunciar a falta de respeito às mulheres, resultante do sistema de casamentos vigente, não faz nenhuma referência às leis que vigoravam, mas, com certeza, não as desconhecia. O código civil de 1916 colocava o marido como cabeça do casal e estabelecia que a mulher precisava do consentimento dele para exercer qualquer atividade fora de casa. (Brasil, 1916).

Canguilhem nos diz que “O normal é o efeito obtido pela execução do projeto normativo, é a norma manifestada no fato [...] o anormal, que logicamente é o segundo, é existencialmente o primeiro” (Canguilhem, 2002, p. 216), ou seja, as normas têm a função de impedir comportamentos previamente existentes que não interessam à “classe normativa” que detém a hegemonia na articulação do social. O contexto de elaboração do Código Civil era de mudanças estruturais da economia em andamento

⁵ A revista *Alterosa* foi editada e publicada na capital mineira. Foi o período que mais circulou, não só no Estado de Minas, mas em todo país e que teve maior duração, tendo sido criada em 1939 e fechada em 1964 pelo regime militar. (Cf. Maia; Silva, 2010).

no mundo todo. O trabalho fora de casa, que não era novidade para as mulheres das camadas mais pobres, tornava-se horizonte possível também para as “bem-nascidas”. A preocupação em delimitar um lugar específico para a mulher criava barreiras para a expansão desse movimento, ao mesmo tempo em que não podia simplesmente ignorar as transformações em curso.

A leitura que Dondona faz da sociedade em que vive se materializa em um discurso que mobiliza outros tantos discursos e sentidos. Seus enunciados indicam que

existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. (Foucault, 1992, p. 103).

Ela exerce seu poder de significar, de escolher, de discernir, mas também sofre a ação de outros poderes que a impelem em determinada direção, que a interpelam enquanto produtora e consumidora de verdades, como o indivíduo que Foucault afirma nunca ser “alvo inerte ou consentido de poder, [mas] são sempre centros de transmissão.” (Foucault, 1992, p. 105).

Diversos discursos correntes afirmavam a incompatibilidade entre o trabalho fora de casa e as funções domésticas femininas. A revista *Semana Ilustrada*⁶ de maio de 1928 traz um artigo denominado: deve a professora casar? assinado por Craveiro Costa. Nele, o autor afirmava que a função do magistério (que, no entanto, era a mais aceita para as mulheres) era incompatível com o casamento e as obrigações que dele decorriam e que aquelas que desertavam do lar por cinco ou seis horas o deixavam desprotegido e, por outro lado, não cumpriam devidamente seus deveres como professoras. Ao defender que fosse aprovada uma lei, similar à existente em Santa Catarina, que proibia às mulheres que se casassem de continuar no exercício do magistério, afirmava, no final do artigo, que essa impossibilidade de manutenção do emprego depois do casamento seria útil também para afastar delas “a casta numerosa dos que, sem profissão, casam com professoras só pelos vencimentos...” (Costa, 1928, s/p).

Os sentidos que regiam as concepções dos papéis de homens e mulheres aparecem muito claramente construídos por esse discurso. A constituição, tanto do homem provedor quanto da mulher dependente, apresenta-se sob a aparência da defesa dos interesses dos filhos e da sociedade, apagando os interesses políticos e sociais aí presentes: a família burguesa, voltada para a formação de uma sociedade produtiva e ordeira.

Quando Dondona discute educação, não o faz a partir dos direitos ou deveres a ela, mas a partir de posições filosóficas que pensam as condições em que ela deve ser aplicada. Fala sobre a capacidade de enxergar o mundo, propiciada pelo conhecimento, e afirma que “impor sem interesse é toda a tragédia da educação tradicional.” (Botelho, 1997, p. 55). Isso que ela defende era o discurso da chamada “educação nova”, voltada para a criança, que queria professores mediadores apenas, auxiliando alunos participativos. O que ela apresenta como a realidade vigente é a figura autoritária do professor, considerado dono do saber que deveria transmitir os conhecimentos a um aluno passivo, receptáculo para um conhecimento externo e desvinculado de sua

⁶ Revista editada na capital mineira por estudantes das faculdades, circulou durante a década de 1920. Era um periódico semanal de crítica social, humorístico, com literatura, charges, esportes e matérias sobre a vida acadêmica.

realidade.

Ela só cursou os quatro primeiros anos escolares, indicação de dificuldades ainda existentes para a educação no período e local, mas mais especificamente da mulher, no entanto, como autodidata, continuou estudando. Uma questão trazida pela revista da Academia Mineira de Letras, em janeiro de 1953, apresenta-nos aspecto dessa condição feminina. Na sessão denominada *Vários Assuntos*, encontramos a notícia de que, na última sessão realizada, tinha sido votada a reforma do estatuto, a partir da proposta do acadêmico João Dornas Filho, que versa sobre a admissão de mulheres na academia e que, apesar da proposta ter tido 17 votos a favor, foram 11 votos contra, não atingindo a maioria absoluta exigida pelo regimento, que era de mais de metade dos membros da academia, e não dos presentes apenas, não tendo sido, portanto, aprovada. Não consta o número dos acadêmicos existentes naquele momento. O parecer foi redigido em 6 de março de 1952 por Cristiano Martins. (Martins, 1953, p. 233). Se, em 1952, a mulher ainda não era admitida na Academia Mineira de Letras, apesar de muitas já estarem produzindo e divulgando seus trabalhos, temos noção de quão fechada ainda se encontrava a sociedade à entrada das mulheres em espaços considerados masculinos, especialmente o de produção de saberes.

Analisando as ideias presentes em obra de 1934, redigida por uma mulher do sertão mineiro, entendemos que, pelo menos para a elite local, era possível o contato com os centros mais desenvolvidos do país e com as ideias circulantes em âmbito até internacional. Percebemos também que parte da elite local, a que tinha interesse em educar seus filhos, encaminhava-os para Belo Horizonte ou para o Rio de Janeiro (que era então a Capital Federal). A filha de Dondona, Beatriz Botelho Vasconcelos, diz em fragmento retirado do livro de memórias *Com a noite na garupa*, de sua autoria, que “Euryalo Canabrava, Otto Maria Carpeaux e José de Queiroz Lima foram seus amigos e companheiros de tertúlias [de Dondona]”, nas ocasiões em que ela ia ao Rio de Janeiro visitar os filhos que lá moravam. (Vasconcelos, 1997, p. 11). Esses nomes foram de grande influência nos meios intelectuais brasileiros.⁷

À época, poucas mulheres se interessavam por estudos filosóficos, e a maioria dessas residia em cidades maiores e mais urbanizadas, onde havia mais facilidade de acesso a escolas e a livros. Dondona manteve amizade e relações intelectuais com homens e, ao que parece, esses a tinham como interlocutora. A atualidade dos conhecimentos que ela possuía indica que estava sintonizada com as discussões mais avançadas da sua época.

As relações que Dondona estabeleceu com o tio, com filósofos do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte, indicam que não podemos tratar as relações de gênero de forma generalizada, sem considerar as nuances sociais, educacionais, de etnia e até mesmo regionais. A possibilidade de atuação de uma mulher dependia de complexas redes de relações em que estivesse envolvida.

Além da casa: criando novos espaços para mulheres

Filha de um casal de posses, a nutricionista Firmina Santana estudou inicialmente em Paracatu, sua cidade natal, saindo depois para continuar seus estudos na Capital Federal, Rio de Janeiro, onde fez um curso de enfermagem na Escola Anna

⁷ Sobre esses intelectuais citados ver: Nobile, 2006, p. 165. Mendonça, José Márcio. Euryalo Cannabrava. Iniciativa Cultural, 04/11/2009. Disponível em <http://iniciativacultural.wordpress.com/2009/11/04/euryalo-cannabrava/>. Acessado em 18/09/2014. Carpeaux, 2012. Lourenço, 1999, p. 154.

Nery,⁸ que era apenas para mulheres, devido às alegadas características de cuidadoras que elas carregavam. De acordo com Pacita Geovana Gama de Sousa Aperibense e Ieda de Alencar Barreira, “no Brasil, a enfermagem foi a primeira profissão feminina universitária, destinada a dar sustentação aos programas de saúde pública e ao funcionamento dos serviços de saúde, garantindo-lhes um alto padrão de funcionamento” (Aperibense; Barreira, 2008, p. 474). Somente em 1949 surgem cursos de enfermagem para homens, “(...) porém, essa abertura não foi o suficiente para quebrar o estereótipo de gênero na profissão. Ser mulher se tornou um requisito para atender ao “chamado da profissão”.” (Moreira, 2013, *apud* Cunha e Sousa, 2016, p. 145).

Segundo essas autoras, a enfermeira, além de suas funções cuidadoras, “ocupava-se com outros afazeres, também indispensáveis ao bem-estar do paciente, mas [que] hoje são de responsabilidade de outros profissionais” (Aperibense e Barreira, 2008, p. 474). A alimentação era uma dessas preocupações adicionais das enfermeiras, que cuidavam das dietas de seus pacientes. Apenas na década de 1930 surgiu a primeira escola de nutrição na América do Sul e, a convite, Firmina Santana foi para a Argentina estudar nutrição.

Na América Latina, a emergência da Nutrição foi fortemente influenciada pelo médico argentino Pedro Escudero, criador do Instituto Nacional de Nutrição em 1926, da Escola Nacional de Dietistas em 1933 e do curso de médicos “dietólogos” da Universidade de Buenos Aires. As concepções de Escudero sobre este campo do saber foram difundidas em toda a América Latina, em função, inclusive, da concessão anual a cada país latino-americano de bolsas de estudos para a realização de Cursos de Dietética no referido instituto. Assim, entre os primeiros brasileiros a estagiarem ou realizarem cursos promovidos por Escudero na Argentina, destacamos: José João Barbosa e Sylvio Soares de Mendonça (curso de dietólogos); Firmina Sant’Anna e Lieselotte Hoeschl Ornellas (curso de dietistas) e Josué de Castro, o qual realizou um estágio (Coimbra et al., 1982; L’abbate, 1988; Associação..., 1991; Icaza, 1991. *Apud* Vasconcelos, 2002: 128).

Dois anos depois, o jornal *A noite* traz a notícia do regresso de duas enfermeiras da Escola Ana Neri ao Brasil, depois de uma temporada na Argentina e diz que “suas companheiras vão prestar-lhes homenagens” (*A Noite*, 1942, p. 5). Em uma época em que poucas conseguiam estudar, fazer um curso fora do país era uma façanha que merecia homenagens. Esse enunciado traz ainda um elemento a ser analisado: quem vai lhes prestar homenagens são “suas companheiras”, indicando que o campo da enfermagem era tipicamente feminino e que apenas mulheres encontraram nesse feito motivo de orgulho. O fato de um jornal noticiar o retorno delas e a homenagem, no entanto, é indicativo de que o fato interessava também a outros setores sociais e que esse era um acontecimento a ser realçado. Essa referência ao feminino não se restringia a esse caso.

Observa-se, também, que até 1932, ao se referir à enfermeira, o termo era sempre no feminino, inclusive na denominação das escolas, desde que fossem compostas apenas por mulheres. A linguagem no feminino continuou em alguns documentos, decretos e leis que regem a profissão, até praticamente a década de 60 (Padilha,

⁸ A primeira Escola de Enfermagem fundada no Brasil foi a escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), em 1923. Em 1931, ela recebeu o nome Anna Nery, pois essa, como Florence Nightingale, rompeu com os preconceitos da época que faziam da mulher prisioneira do lar. Informações obtidas em Costa In Maia, 2015. Também em História da enfermagem, disponível em <http://www.medicinaintensiva.com.br/enfermagem-historia.htm>.

Vaghetti e Brodersen. 2006, p. 297).

Firmina Santana foi assistente do professor Josué de Castro (que era médico e construiu sua diversificada carreira sempre voltada para os problemas da alimentação e da fome). Ela organizou a dietética do Hospital dos servidores públicos do Rio de Janeiro, criou uma escola de nutrição; criou a Associação Brasileira de Nutricionistas; ela foi, ainda, representante da ONU no Congresso Internacional de Haia e viajou para os Estados Unidos da América, em 1952, com uma comissão do governo brasileiro para aperfeiçoamento de estudos, onde conseguiu uma bolsa do governo americano para mais dois anos de permanência de estudos naquele país, onde faleceu prematuramente em 1953, aos 44 anos.⁹ De acordo com José Aluísio Botelho, a causa da morte dela foi uma “Obstrução intestinal, seguido de Infarto Agudo do Miocárdio no George Washington Hospital em Washington, EUA” (Botelho, 2007).

As informações sobre ela são muito indiretas. Acompanhamos a sua trajetória por meio principalmente de jornais, nos quais suas ações aparecem estampadas ou seu nome é mencionado, sempre relacionado à sua atividade de nutricionista. Essas menções nos permitem analisar as circunstâncias em que ela é citada, os nomes que vêm junto com o dela, os assuntos sobre os quais versam, dentre outros.

O Jornal *Ciência para todos*, do dia 30 de julho de 1950, traz o programa da semana da alimentação promovida pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), na qual Firmina Santana aparece como a única conferencista mulher, em meio a seis homens. (Alimentação, 1950, p. 02). A leitura do programa mostra que o tema alimentação era novo e que era considerado um saber importante. A predominância masculina na condução do evento, na ocupação do lugar de palestrante, indica que o assunto era dominado por homens. Ela falou sobre o “Problema da formação das nutricionistas no Brasil”, indicando que havia problemas especificamente ligados à formação das mulheres que estudavam nutrição.

A programação do último dia da “Semana da Alimentação” era a “Coação de grau de Nutrólogos e Nutricionistas do SAPS”. Sem nos determos às diferenças entre as funções desses dois grupos de profissionais, fixando-nos apenas em aspectos que o conjunto da programação deixa entrever, percebemos que os nutrólogos eram homens e que nutricionistas eram sempre mulheres. Isso fica muito claro no título da palestra de Firmina Santana que examina os problemas da formação “das” nutricionistas. Esse é um vocábulo de dois gêneros, usado para homens e mulheres, sendo que a distinção se faz apenas pela especificação de gênero utilizada. Nesse caso, claramente feminino.

[...] de acordo com outras publicações da época, não apenas as denominações, mas também os limites de competência de cada profissional vinculado ao então emergente campo da Nutrição, encontravam-se demarcados no projeto dos primeiros médicos nutrólogos brasileiros. Costa (1953), por exemplo, idealizador dos cursos desenvolvidos pelo SAPS para nutrólogos, nutricionistas e demais profissionais desta área, concebia os médicos nutrólogos como “especialistas na moderna Nutrologia, dotados de conhecimentos e visão bem mais amplos que os antigos ‘dietetas’, que sempre os ouve”, enquanto “as nutricionistas” seriam as “auxiliares diretas daqueles médicos”. (Vasconcelos, 2002, p. 131).

Buscando no dicionário, encontramos que nutrologia é “uma especialidade médica de caráter clínico que trata de enfermidades ligadas à nutrição, atuando

⁹ APMOMG de Paracatu. Biografias.

preventiva e curativamente”¹⁰ e que nutricionismo é “o estudo e investigação sistemática dos problemas da nutrição”.¹¹ Um é especialidade médica e o outro muito mais voltado aos cuidados alimentares, portanto, mais ajustado às habilidades femininas, mais relacionado à cozinha, ao âmbito dos afazeres domésticos, mesmo quando fora de casa e em larga escala de produção, aparece atrelado à função tradicional da mãe e dona de casa. Isso explica a hierarquia e a destinação feminina a um e masculina a outro.

Temos notícias dela também pelo *Diário Oficial da União* (DOU), no qual foi publicado um edital informando a realização de um curso sobre “noções gerais de alimentação, particularmente do escolar” oferecido pela “Prefeitura do Distrito Federal, em colaboração com a Associação Brasileira de Nutricionistas, [que] irá promover um curso de Alimentação para as professoras públicas, visando, principalmente, o problema da merenda escolar.” O edital continua dizendo que o curso foi patrocinado pelo Dr. Renato Pacheco Chaves de Castro, que ocupava o cargo de Diretor do Departamento de Saúde Escolar e dizia que as matérias seriam ministradas pelos professores “Dr. Milton Melo Braga de Oliveira, nutrólogo do referido Departamento e pela nutricionista D. Firmina Santana, Presidente da Associação Brasileira de Nutricionistas.” (DOU, 1950: 27). Novamente quem está sendo alvo do interesse público voltado para a nutrição são as mulheres, agora as professoras. Nesse caso, vemos a aliança entre dois afazeres tipicamente femininos: a educação e a alimentação. São espaços públicos ocupados pelas professoras e pela nutricionista, mas funções bem típicas do que era considerado próprio para mulheres.

O site oficial da Associação Brasileira de Nutrição (ASBRAN), em artigo comemorativo do 64º aniversário da Associação (2013), traz reflexões sobre a trajetória de Firmina, dizendo que ela se confunde com a história da nutrição no Brasil. A conselheira da ASBRAN, professora Elenice Costa, destacou o trabalho dos profissionais que ajudaram a pavimentar o caminho da nutrição e diz:

Foi em 31 de agosto de 1949 que um grupo de nutricionistas, liderado por Firmina Santana, se reuniu e resolveu criar a Associação Brasileira de Nutrição (ABN) e idealizar o símbolo da profissão no Brasil, não só pelos poderes públicos, mas também pela sociedade. Jamais poderemos esquecer que foram **essas colegas** que nos [antecederam], e **as atuais** que fazem o que amam, que tornaram possível a ascensão da Ciência e do profissional. (Asbran, 2013. Grifos nossos).

Novamente a informação, dada em 2013, de que a nutrição era um campo de trabalho de mulheres. Mas, mais interessante é que no artigo intitulado “Parabéns ASBRAN. Parabéns Nutricionista!” de onde foi retirada a citação acima, da palestra da professora Elenice Costa que se refere exclusivamente a mulheres, já aparece a referência a nutricionistas homens: “do(s) nutricionista(s)”. Talvez possamos entender que alguns homens faziam parte do grupo, porém, que a maioria era formada por mulheres e que havia ficado enraizado o costume de fazer referência ao feminino, já que, inicialmente, era uma carreira de mulheres.

Maria Letícia Galluzzi Bizzo afirma a liderança de Firmina Santana e o prestígio do grupo com autoridades federais. É dito textualmente:

O movimento para criação da primeira entidade de classe, a Associação Brasileira

¹⁰ Michaelis. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/nutrologia/>. São Paulo: Melhoramentos, 2018.

¹¹ *Idem*.

de Nutricionistas, teve início no SAPS; após reunião de trabalho, seus nutricionistas procuraram Firmina Santana, que liderou um movimento que eclodiu não só pela determinação, mas também devido ao bom relacionamento de pessoas do grupo com personalidades de prestígio junto ao Governo Federal, facilitando a tramitação do processo. (Bizzo, 2011, p. 5).

Esse prestígio junto ao governo deve ser atribuído também ao SAPS, mas, no caso de Firmina Santana, provavelmente, decorre da força de sua atuação e dos seus conhecimentos no campo nutricional e dos interesses que os governantes tinham na solução alimentar proposta por esses grupos de nutricionistas para enfrentar os problemas até então atribuídos à identidade dos brasileiros, formada pelo caldeamento de raças. A nova perspectiva, defendida fervorosamente por Josué de Castro, era de que o brasileiro sofria do “mal da fome, não da raça” (Menezes, 2004. p. 44).

A nutrição tornou-se objeto de estudos e preocupações, na primeira metade do século XX, como parte das questões que ocuparam governos e homens/mulheres de ciência que se empenhavam em buscar soluções para os problemas gerados pelas guerras mundiais e suas sequelas, assim como possibilitados pelo desenvolvimento de saberes, também impulsionados pelas vicissitudes da época. A alimentação aparecia aí, inicialmente, como um dos fatores que influenciavam a produtividade dos operários, tornando-se necessária uma atenção especial para com a dieta em busca de maior eficiência.

Alguns estudos nutricionais no Brasil estabeleceram relação entre o raquitismo decorrente de carência alimentar e teorias raciais do século XIX, entendendo que nossa população mestiça precisava ser melhorada, branqueada, e que a dieta teria um papel importante nesse sentido, pois fortaleceria essa massa atingida pela degeneração racial e a tornaria mais apta ao trabalho. (Bezerra, 2014). Esses estudiosos afirmam que a nutrição passou a ser vista como uma das soluções para a “incapacidade” dos brasileiros, o que teria gerado a decisão de criar órgãos encarregados de cuidar dela junto aos trabalhadores e às famílias pobres, tornando-se política de Estado na Era Vargas.

Apesar das teorias eugênicas terem encontrado muitos adeptos no Brasil, Josué de Castro, e as pessoas que trabalhavam na mesma linha que ele, assim como Firmina Santana, acreditava que o problema do subdesenvolvimento brasileiro não tinha relação com degeneração racial, e sim com a fome. Ele defendia que o problema brasileiro era econômico e social (Menezes, 2004. p. 44).

As análises feitas nos mostram uma mulher que atuou em várias frentes, que se mostrou capaz, que abriu espaço para sua atuação na esfera pública, mas que se manteve dentro das posições delimitadas para as mulheres. Sem transgredir normas, ressignificou seus espaços de atuação, usufruiu das aberturas conquistadas pelo feminismo e propiciadas pela concepção burguesa de família, sem vitimização.

Considerações finais

Essas duas mulheres, uma que viveu toda a vida no interior, a outra que viveu ali até sua formatura no curso normal, com certeza ajudaram mulheres que vieram depois delas a conquistar espaços até então pouco ocupados por mulheres.

Dondona não assumiu funções fora do lar, mas teve um filho filósofo e duas filhas que se destacaram como poetisas. Uma delas tornou-se funcionária do Itamaraty, na década de 1940, tendo inclusive ocupado a posição de adida ao consulado do Brasil em

Casa Blanca, no Marrocos,¹² no imediato pós-guerra (algo ainda não estudado), indicando que a filosofia da mãe não servia apenas para diletantismo, mas que a mulher

[...] sai à procura da cultura de que tem necessidade o seu espírito e que se reverte em alto benefício do lar, pois, conhecendo a fundo o que é a educação, deixará de ser um cúmplice no infortúnio de seus filhos, quando não a sua única causa, descurando o seu desenvolvimento físico e perturbando o moral. (Botelho, 1997, p. 40).

Firmina ajudou a formar mulheres para funções ligadas à nutrição e à higiene, no lar e no trabalho, mas ajudou também a desmistificar a ideia de que a mulher não tinha capacidade intelectual.

As atuações das duas mulheres analisadas se constituíram em rica oportunidade de discutir questões relativas à história das mulheres, buscando fugir dos universalismos e abordar as relações de poder, na sociedade, como múltiplas, irregulares e condicionadas por uma série de outros fatores além do gênero. Nem a filósofa Maria da Conceição Adjuncto Botelho (Dondona) nem a enfermeira e nutricionista Firmina Santana, nascidas em famílias tradicionais, militaram em movimentos feministas, nem deixaram qualquer vestígio de terem se sentido marginalizadas ou inferiorizadas. A condição social a que pertenciam e as condições existentes na época e local em que viveram permitiram que elas se beneficiassem de oportunidades de educação e expressão abertas pelos discursos médicos e higienistas e pelas lutas feministas.

Pudemos examinar documentos de época e perceber que a propagada submissão da mulher é historicamente construída e que contra ela foram encetadas reações que nos apresentam mulheres ressignificando espaços e fazeres tradicionalmente lidos como impostos às mulheres como destino. Utilizando as concepções foucaultianas de poder, analisando atuações femininas que endossam uma história menos linear, que revelam tensões e acomodações, que apresentam outras formas de existência, refletindo sobre a quem interessam as versões tradicionais construídas, procuramos fazer uma releitura da “opressão” feminina. Suas práticas podem ser analisadas como resistências, estratégias e táticas e contribuem para o surgimento de discursos feministas mais radicais, que visam transformar mais profundamente a sociedade. Esses últimos tornam-se bandeiras de uma nova onda do feminismo.

Referências

ABRABAN. *Associação Brasileira de nutrição*. Disponível em <http://www.asbran.org.br/noticias.php?dsid=1037> [consultado em 27-11-2014]

ANDRADE, Nair. Evolução feminina e necessidade de cultura. In *Anuario Brasileiro de Literatura* de 1939, s/p.

APERIBENSE, Pacita Geovana Gama de Sousa e BARREIRA, Ieda de Alencar. Nexos entre Enfermagem, Nutrição e Serviço Social, profissões femininas pioneiras na área da Saúde. *Revista Esc. Enfermagem USP*, n. 42(3), 2008, p. 474-482. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/reeusp/article/view/41760/45384>

APMOMG. Arquivo Público Municipal Olympio Michael Gonzaga, de Paracatu.

¹² Essa informação consta na biografia de Beatriz Botelho Vasconcelos, fornecida pela Academia de Letras do Noroeste de Minas.

Biografias.

ALIMENTAÇÃO ao alcance de todos. Ciência para todos. Suplemento de divulgação científica de “A Manhã”. Ano II, 30. Rio de Janeiro, 30 de julho de 1950. p. II. Disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=085782&pagfis=445&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. [consultado em 21-03-2014]

BEZERRA, José Arimatea Barros. O processo de gênese do saber em alimentação no Ceará. Disponível em

<http://www.historiadaalimentacao.ufpr.br/grupos/textos/Texto%20Arimateia.pdf>. [consultado em 02-10-2014]

BIZZO, Maria Leticia Galluzzi.(ed). “Aspectos dos processos, determinantes e implicações do modelo de criação e consolidação dos cursos e profissão de nutricionista no Brasil”. 2011. Disponível em www.ufjf.br/renato_nunes/files/2011/03/Histórico-da-Nutrição.doc. [consultado em 02-10-2014]

BORGES, Vera Lúcia Abrão. Subsídios para a história da formação docente no Brasil. Minas Gerais (1892 a 1930). In: GATTI JÚNIOR, Décio & INÁCIO FILHO, Geraldo. *História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas: Autores associados; Uberlândia: EDUFU, 2005.

BOTELHO, José Aluísio. “Mulheres paracatuenses. Firmina Santana”. 2007. disponível em http://araposadachapada.blogspot.com.br/2007_02_01_archive.html. [consultado em 12-09-2014].

BOTELHO, Maria da Conceição Adjuncto. *Amenizemos a vida e outros textos*. Brasília: Artgraf, 1997.

BOTELHO, Tristão Salustiano. Da tragédia à utopia (aproximação à filosofia de Dondona). In:

BOTELHO, Maria da Conceição Adjuncto. *Amenizemos a vida e outros textos*. Brasília: Artgraf, 1997.

BRASIL. (1916). *Lei 3071 de 1 de janeiro de 1916*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm. [consultado em 01-10-2014].

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010

CANGUILHEM, Georges. *O Normal e o Patológico*. São Paulo: Forense, 2002.

CARPEAUX, Otto Maria. *A idade média por Carpeaux*. São Paulo: Leya, 2012.

COSTA, Craveiro. “Deve a professora casar?” *Semana ilustrada*, anno1, 50-51, Bello Horizonte, 26 de maio de 1928.

COSTA, Lúcia Helena Rodrigues. Narrativas de Parteiras no Norte de Minas: do domicílio ao hospital. In: MAIA, Claudia e PUGA, Vera (org). *História das Mulheres e do Gênero em Minas Gerais*. Florianópolis: Mulheres, 2015. FALTA PAG

CUNHA Yasmine Fernanda Ferreira e SOUSA, Romário Rocha. Gênero e enfermagem: um ensaio sobre a inserção do homem no exercício da enfermagem. *Revista face*, UFMG, 2016. Disponível em <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/rahis/article>

view

DIÁRIO Oficial da União. 01 de janeiro de 1950, p. 27, seção 2. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2297646/pg-27-secao-2-diario-oficial-da-uniao-dou-de-01-02-1950>. [consultado em 11-07-2014]

FREIRE COSTA, Jurandir. *Ordem Médica e Norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade. A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

LOURENÇO, Maria Cecília França. *Museus acolhem moderno*. São Paulo: Edusp, 1999

MAIA, Cláudia. J.; SANTOS, Patrícia. L. Maria Lacerda de Moura: crítica à família burguesa e à exploração feminina. In: MAIA, Cláudia e PUGA, Vera (org). *História das Mulheres e do Gênero em Minas Gerais*. Florianópolis: Mulheres, 2015, p. 97-122.

MAIA, Cláudia. J.; SILVA, Telma. B. da. Alterosa para a Família do Brasil: breve história de um periódico. *Caminhos da História*. Montes Claros, v. 15, 2010, p. 97-112.

MARTINS, Cristiano. "Sobre a admissão de mulheres na academia". *Revista da academia mineira de letras*. Sessão vários assuntos. 17. Jan. de 1953.

MELLO, Antônio de Oliveira. *As minas reveladas: Paracatu no tempo*. Paracatu: Prefeitura Municipal, 1994.

MENDONÇA, José Márcio. "Euryalo Cannabrava". Iniciativa Cultural, 04-11-2009. Disponível em <http://iniciativacultural.wordpress.com/2009/11/04/euryalo-cannabrava/>. [consultado em 18-09-2014].

MENEZES, Francisco Reginaldo de Sá. *Josué de Castro: por um mundo sem fome*. São Paulo: Mercado Cultural, 2004.

MICHAELIS. *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/nutrologia/>. São Paulo: Melhoramentos, 2018.

NOBILE, Ana Paula Franco. *A recepção crítica de O amanuense Belmiro*, de Cyro dos Anjos (1937). São Paulo: Annablume, 2006.

NOITE, A. Sábado, 10 de janeiro de 1942. p. 5 Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_04&pasta=ano%20194&pesq=firmina%20santana. [consultado em 09-07-2014].

ORLANDI, E. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2002.

PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza, VAGHETTI, Helena Heidtmann e BRODERSEN, Gladys. Gênero e Enfermagem: uma Análise Reflexiva. *R Enferm UERJ*, n. 14(2), abr/jun. 2006, p. 292-300. Disponível em <http://www.facenf.uerj.br/v14n2/v14n2a21.pdf>

PÊCHEUX, M. A Análise de Discurso: três épocas (1983). In: GADET, F. & HACK, T. *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

R. M. "Saber ser cordata para que reine a harmonia". *Revista Alterosa*, ano 1, 03, novembro de 1939.

RAGO, Luzia Margareth. *Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos. A mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla & PEDRO, Joana Maria. *Nova História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

VASCONCELOS, Beatriz Botelho. Dondona, minha mãe. In: BOTELHO, Maria da C. A. *Amenizemos a vida*. Brasília: Artgraf, 1997.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica. *Rev. Nutr., Campinas*, n. 15(2) maio/ago., 2002, p. 127-138. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rn/v15n2/11829.pdf>

Notas de autoria

Helen Ulhoa Pimentel é doutora em História pela UnB, com estágio na Universidade de Coimbra. Professora aposentada da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), onde atuou na graduação e no Programa de Pós-graduação em História. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Gênero e Violência (CNPq); presidente da Academia de Letras do Noroeste de Minas. Email: helenulhoa@gmail.com

Cláudia Maia é pós-doutora em História pela Universidade Nova de Lisboa; doutora em História pela UnB com período sanduíche na *École des Haute Étude en Scienses Sociales*. Professora do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Líder do Grupo de Pesquisa Gênero e Violência (CNPq); pesquisadora colaborada do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa (CICS.Nova); bolsista de produtividade da Fapemig (BIPDT). Email: claudia.maia@unimontes.br

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

PIMENTEL, Helen Ulhoa; MAIA, Cláudia. Poderes disseminados, fazeres transformadores: mulheres que ressignificaram espaços. *Sæculum – Revista de História*, v. 24, nº 41, p. 217-235, 2019.

Financiamento

Agradecemos o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG, por meio do financiamento do projeto de pesquisa "Gênero e insubmissão feminina no sertão norte-mineiro".

Contribuição de autoria

Elaboração e contribuição coletiva.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 15/02/2019.

Aprovado em 09/09/2019.